

O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA: HISTÓRICO E PERFIL DOS ALUNOS E EGRESSOS

Raul Cecchin – IFRS/Campus Sertão

Marilandi Maria Mascarelo Vieira – IFRS/Campus Sertão

Eixo: 4. ‘Organização do trabalho pedagógico’ nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência)

Resumo: O presente trabalho faz parte de uma pesquisa que pretende investigar o perfil dos alunos que frequentam os Cursos Técnicos em Agropecuária e de que forma essas características do alunado interfere na motivação que tem em relação ao curso. Para tanto, esse artigo contempla a revisão da trajetória da criação daqueles cursos e algumas de suas características distintivas, além de levantar aspectos iniciais quanto ao perfil, especialmente em relação à perspectiva com a qual ingressam no curso. O trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica de estudos de autores como Sobral, Sobral e Koller, Tavares, Teixeira, dentre outros.

Palavras-chave: educação profissional - ensino agrícola – alunado, Curso Técnico.

Introdução

O presente artigo é parte de uma pesquisa que está sendo realizada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação - Licenciatura em Ciências Agrícolas, do Câmpus Sertão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul que fica localizado na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A pesquisa objetiva identificar o perfil dos alunos dos Cursos Técnico em Agropecuária e as influências no processo de ensino aprendizagem. Parte-se do pressuposto que houve alterações significativas nas características do alunado desse curso desde o seu surgimento, especialmente na década de 1960 até o momento atual e essa mudança de perfil acaba por provocar desafios que, muitas vezes, não estão claros para os profissionais que nele atuam e compararam os alunos das diferentes gerações, queixando-se de certo descompromisso e desinteresse em relação ao curso. Embora essa seja uma constatação frequente de professores que atuam em todos os níveis e tipos de curso, nas escolas agrícolas a motivação dos alunos, na concepção dos docentes, era bem maior, pois o princípio do “aprender a fazer fazendo”, isso é, a busca de unir os conhecimentos científicos com o exercício prático das atividades, bem como a perspectiva de atuação na área eram elementos significativos.

Assim, constitui o *corpus* da pesquisa os professores em exercício, os alunos que frequentam o curso atualmente e os egressos formados no período de 2005 a 2011. Os alunos e egressos serão investigados em aspectos como a idade de ingresso, região de procedência, experiências prévias com a área agrícola, convicções no momento da escolha do curso, acesso a tecnologia, perspectivas profissionais, continuidade dos estudos, dentre outros. Já com os docentes pretende-se analisar quais as mudanças que percebem no perfil dos alunos e identificar se existe correlação entre o perfil dos alunos ingressantes e o seu desempenho no curso em relação à empregabilidade, notas, postura profissional e evasão escolar.

Os instrumentos de pesquisa que estão sendo utilizados são o questionário com questões abertas e fechadas, procurando atingir uma amostra de 20% dos formandos de cada ano do período de 2007 a 2011 e dos alunos que o frequentam; a entrevista a ser realizada com o maior número possível de docentes que atuaram neste mesmo período e a consulta a todo material relativo a alunos disponíveis nos setores da instituição, como ficha de matrícula e de avaliação de estágio.

Dessa forma, este artigo estrutura-se em duas partes. Na primeira resgata-se o histórico do ensino agrícola no Brasil para compreender as funções que lhes foram atribuídas ao longo de sua constituição. Como o objeto da pesquisa é a caracterização dos alunos dessas escolas para compreender as causas de sua desmotivação em relação ao curso, na segunda parte discorre-se sobre algumas características do alunado desses cursos, procurando compreender as alterações em relação a perspectivas profissionais.

1 Ensino Agrícola no Brasil: Revendo a Trajetória

Para compreender as possíveis alterações no perfil dos alunos dos cursos técnicos em agropecuária e situar os desafios que elas impõem aos docentes e gestores, é imprescindível rever a trajetória de implantação desse curso, compreendendo o contexto econômico e político e as determinações relativas às suas funções e formas de organização.

Remontando à fase colonial, explica Ribeiro (2003) que, embora a economia brasileira fosse caracteristicamente agroexportadora, isso é, baseada no tripé agrária, latifundiária e escravista, o sistema de ensino jesuítico estava voltado às letras e humanidades e tinha caráter propedêutico, destinada às classes emergentes que identificavam na educação escolar um fator de ascensão social. Assim, a educação colonial estava afastava das atividades práticas ligadas ao mundo do trabalho, excluindo os escravos, as mulheres e agregados,

demonstrando o descaso dos dirigentes com a educação profissional, especialmente a do campo.

A mesma autora ainda comenta que a falta de uma proposta de educação escolarizada básica, voltada aos interesses dos camponeses, deve-se, em parte, pela ausência de uma consciência a respeito da importância da educação e, por outro lado, devido ao fato que o cultivo nos latifúndios era feito através de técnicas arcaicas do cultivo, que não exigiam dos trabalhadores rurais, em sua maioria escravos, nenhuma preparação para o trabalho.

Após a Independência não houve alteração significativa nesse quadro, já que a economia brasileira continuou tendo por base a produção de matérias-primas para abastecer o mercado europeu. Prova disso são as constituições brasileiras de 1824 e 1891 que não mencionaram nada sobre a educação do campo.

Sobral (2009) identifica o Decreto nº 8.319 de 1910 como a primeira regulamentação do ensino agrícola no Brasil, que o organizou em quatro categorias: Ensino Agrícola Superior, Médio, Aprendizagens Agrícolas e Ensino Primário Agrícola. A preocupação central dos educadores da Primeira República, ligados ao movimento da Escola Nova centrava-se na constatação que as políticas educacionais estavam direcionadas ao meio urbano, o que contribuía para acentuar o êxodo rural que o autor identifica como “ruralismo pedagógico”, que, no entender de Vanilda Paiva, procurava “[...] fazer o homem do campo compreender o ‘sentido rural da civilização brasileira’ e de reforçar os seus valores a fim de prendê-lo à terra, e para tanto era preciso adaptar os programas e currículos ao meio físico e à ‘cultura rural’”. (*apud* SOBRAL, 2009, p. 83)

Pode-se afirmar que o ensino profissional emergiu no país entre as décadas de 1920 a 1930 quando se iniciou o processo de industrialização que passou a demandar uma força de trabalho mais qualificada. Koller e Sobral (2009) explicam que a organização da fábrica, através dos princípios da divisão técnica do trabalho e do controle hierárquico da execução, necessitou de uma camada média de emprego representada pelos profissionais técnicos de nível médio, razão pela qual ocorreu a criação de muitas escolas técnicas, principalmente em regiões onde a produção industrial se destacava. O ensino técnico industrial começou a fazer parte dos debates nacionais como elemento importante da defesa da indústria brasileira, que começava a se consolidar, porém, a formação profissional voltada à agropecuária estava circunscrita a algumas poucas instituições, atendendo uma pequena demanda de mercado.

Um marco importante para o ensino agrícola foi o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, a “Lei Orgânica do Ensino Agrícola” que instituiu o curso de nível médio.

Segundo Koller e Sobral (2010), um dos grandes diferenciais entre o ensino técnico e o agrotécnico é que o primeiro teve sua onda de crescimento juntamente com a industrialização, enquanto o agrotécnico só teve sua emergência nos anos 1950-1960 com a modernização agrícola. Com a crescente onda de êxodo rural por parte dos agricultores, que deixavam sua atividade para servir como mão de obra barata nas indústrias, passou a surgir a visão de que seriam necessárias políticas que mantivessem o povo, ou ao menos parte dele, no campo. Começam a surgir às primeiras pedagogias de ensino agrícola, pois, informam os autores que o governo disponibilizava subsídios orientados aos produtores rurais, a fim de que adquirissem insumos e maquinário agrícola e havia a necessidade de profissionais que compreendessem essas novas tecnologias e pudessem desenvolvê-las no campo, função que passou a ser desempenhada pelos extensionistas rurais, que eram formados pelas Escolas Agrotécnicas emergentes.

É no contexto dos anos 50 que foi criado, pela Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957, o atual curso Técnico em Agropecuária do Câmpus Sertão, *lócus* dessa pesquisa, com a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo. A instituição iniciou seu efetivo funcionamento em 1963 oferecendo o curso Ginásial Agrícola que conferia ao concluinte o diploma de Mestre Agrícola, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Com o Decreto Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, passou a denominar-se Ginásio Agrícola de Passo Fundo, com localização em Passo Fundo (RS), subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária, ligada ao Ministério da Agricultura.

Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967 a instituição foi transferida, juntamente com outros órgãos de Ensino, para o Ministério da Educação e Cultura. Segundo Sobral (2008, p. 11), no período de 1960-1970 as escolas agrícolas existentes foram absorvidas para aquele Ministério através da DEA (Diretoria de Ensino Agrícola) e organizadas no modelo de escola-fazenda, baseada no princípio do “aprender a fazer fazendo” e baseadas em práticas pedagógicas e de gestão padronizadas e como uso de tecnologias articuladas ao movimento da “Revolução Verde”, que caracterizou a moderna agricultura do período. Nas palavras dos autores (2010, p. 221):

A Revolução Verde estabeleceu um novo padrão tecnológico no campo, apropriado à etapa oligopolista do capitalismo agrário. Esse padrão produtivo demandava uma difusão de novas técnicas, novas formas de relações de produção, novas culturas, enfim, uma nova forma de produção agropecuária. Dessa forma, o profissional técnico em agropecuária passou a ser requerido tanto no meio provado como no público, como agente de difusão de tecnologia.

As escolas técnicas agrícolas eram destinadas aos filhos dos produtores rurais e a crença era de que ele só seria capaz de aprender se efetivasse algo repetidamente na prática, o que explica o princípio do "aprender a fazer fazendo" e para isso implantou-se o modelo de escola-fazenda, que, comentam Koller e Sobral (2010), foi consequência da implantação do Programa do Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso (Contap II) (Convênio Técnico da Aliança para o Progresso, MA/USAID para suporte do ensino agrícola de grau médio).

Sobre as características desse tipo de escola, Tavares (2004) explica que a escola-fazenda apresentava quatro espaços distintos de aprendizagem: sala de aula, onde se desenvolvia o estudo teórico acerca dos conhecimentos gerais e específicos do curso; Laboratório de Prática e Produção (LPP), onde eram realizadas as aulas práticas demonstrativas e os professores coordenavam projetos de produção agropecuária; o Programa Agrícola Orientado (PAO), através do qual os alunos desenvolviam, individual ou coletivamente, trabalhos voltados a produção financiados pela Escola, sendo que, no final, após serem descontados os custos de manutenção, o lucro caberia aos alunos; e a Cooperativa Escolar Agrícola (COOP), que objetivava proporcionar uma vivência de cooperação com vistas ao desenvolvimento coletivo.

Koller e Sobral (2010, p. 223) situam que em 1964,

[...] auge da modernização no país e da ênfase em sua participação na economia mundial [...] tanto o poder público como o setor privado assumem a função de preparar recursos humanos para serem absorvidos pelo mercado de trabalho. [...]. Assim, o ensino técnico assume uma importância no sentido de contribuir com as funções político-econômicas do país.

Quanto ao curso do Câmpus Sertão, o Decreto nº 62.178, de 25/01/1968, autorizou o Ginásio Agrícola de Passo Fundo a funcionar como Colégio Agrícola. A denominação Colégio Agrícola de Sertão foi estabelecida pelo Decreto nº 62.519, de 09/04/1968. A partir de então ficou sob a coordenação da Coordenação Nacional de Ensino Agrícola - COAGRI - durante o período de 1973 até 1986.

Em relação ao perfil do alunado daqueles cursos era constituído majoritariamente por filho de agricultores porque, acompanhando a tendência nacional, havia a crença de que,

[...] jovens oriundos do meio agrícola, com raízes na agricultura e com a mesma formação cultural das populações rurais, possuíam maiores possibilidades de êxito da difusão de novas práticas agrícolas e, nesse sentido as escolas agrotécnicas

federais passam a ter uma importante função na formação de agentes da extensão rural no país (KOLLER; SOBRAL, 2010, p. 223).

Importante mencionar que em 1971, a Lei 5.692 instituiu no país a profissionalização obrigatória, transformando os cursos de 1º e 2º graus em profissionalizantes, com vistas a conter o acesso à universidade por parte das classes médias, já que a demanda cresceu 212% entre 1964/68, conforme dados de Guiraldelli Júnior (2000). Essa obrigatoriedade foi retirada através da Lei 7.044/82 porque as classes médias e altas não tinham interesse nesses cursos, e buscavam o ensino secundário para preparar-se para o ingresso nos cursos superiores.

Entretanto, de acordo com Sparta e Gomes (2005) ensino técnico-profissionalizante de nível médio foi criado para suprir a demanda de profissionalização das classes menos favorecidas da sociedade e embora haja uma tendência de ampliação desse tipo de curso, especialmente com a criação de cursos tecnológicos de nível superior, porém permanece o estigma de ser o ensino profissional um ensino de segunda classe e para superar e o desejo de romper com esse preconceito ainda não foi satisfeito e continua sendo um problema de grande atualidade.

No período de 1970 a 1975, o então Colégio Agrícola de Sertão oferecia o curso Técnico Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Técnico em Agricultura, em nível de 2º Grau. A partir do segundo semestre de 1973, a habilitação passou a titular-se Técnico em Agropecuária.

Mas, em 1973, uma reviravolta no ensino agrícola nacional foi vivida com a criação da Coordenadoria Nacional de Ensino Agrícola (COAGRI) com o Decreto nº 72434, de 09 de julho de 1973. O documento visava proporcionar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados no ensino agrícola. Aquele órgão, por assim dizer, revitalizou o ensino agrotécnico no país efetuando uma reforma pedagógica e física nas escolas.

[...] a COAGRI ampliou e/ou reformou seus prédios e instalações; equipou as escolas com laboratórios, salas ambientes, unidades educativas de produção, quadras para esportes, bibliotecas e acervos, regularizou as terras, num total de 13.345 hectares, implantou o serviço de orientação educacional e supervisão educacional, implementou e consolidou o sistema de escola fazenda, vem oferecendo cursos para habilitar seu corpo docente, e promovendo concursos públicos para admissão de servidores técnicos e administrativos, bem como aperfeiçoando diretores, professores, técnicos, e pessoal administrativo. (Brasil – MEC *apud* KOLLER; SOBRAL, 2010, p. 225).

Naquele ano o Departamento do Ensino Médio do Ministério da Educação elaborou o Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola do 2º Grau que, em relação ao papel a ser desempenho pelo técnico agrícola, determinou que:

Como agente de produção, o técnico do setor primário é o profissional que explora uma propriedade agrícola própria, arrendada ou por sistema de parceria, conduzindo e produzindo segundo sua capacidade produtiva e, através da aplicação maciça e adequada da moderna tecnologia, atua na comunidade como elemento de integração social e de mudança cultural e tecnológica. Como agente de serviços esse técnico é o profissional que presta serviços mediante remuneração, como vendedor técnico ou técnico auxiliar em setores especializados da economia, atuando como elemento de ligação entre empresas e os consumidores ou entre o especialista e os agricultores (BRASIL. MEC/DEM, 1973).

Esse profissional foi encarado enquanto prestador de serviços de nível intermediário para garantir o aumento da produção pela intensificação da exploração do trabalho dos que trabalham diretamente na produção.

Tavares (2004, p. 43) comenta que, no contexto dos anos de 1970 as escolas agrotécnicas, por sua vez, tinham o papel de ensinar os futuros técnicos a controlar e dominar os trabalhadores rurais, como uma instituição que os ensinava a serem, também eles, dominados e para isso sua orientação pedagógica estava baseada num “ritual e numa organização hierárquica e extremamente rígidos: disciplina rigorosa, autoritarismo, carga horária pesada, exames frequentes, desprezo pela discussão a respeito dos fins das técnicas que são aprendidas, ausência de espírito crítico, etc”.

Entre 1986 a 2001 as então escolas agrotécnicas passam por diversos processos de reestruturação, sendo administradas por vários órgãos estatais, porém somente a partir de 2001 com a democratização da gestão destes centros de ensino é que maiores mudanças são vividas. A escola objeto desse estudo, com a Lei Federal nº 8.731, em 16/11/1993 foi transformada em Escola Agrotécnica Federal de Sertão como autarquia Federal, com autonomia administrativa e pedagógica.

No período de 2001 a 2008 o objetivo das escolas agrotécnicas federal era passar a se constituir nos denominados CEFET (Centros Federais de Educação Tecnológica) devido a maior autonomia que podia ser adquirida e também ao aumento de capital para estes centros. Porém em 2008, com a proposta da criação do que hoje são os IF (Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia) como novo ente jurídico, todos os antigos processos são cessados e, por fim, em 29 de dezembro de 2008 é aprovada a lei de criação dos Institutos Federais que transformou a antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão em Câmpus do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, com reitoria e sede na cidade de Bento Gonçalves-RS.

2. Perfil dos alunos e os desafios das escolas agrícolas

O contexto econômico brasileiro sofreu alterações a partir da década de 1980, com a internacionalização do mercado interno, fruto da globalização da economia, o que provocou transformações em todos os setores, incluindo a agricultura. Graziano da Silva (*apud* Leite, 2005) afirma que os avanços tecnológicos que se processam tanto na indústria como na agricultura alteram profundamente não só as formas de organização do processo do trabalho, mas também reduzem a escala mínima necessária para a atividade econômica e redefinem os requisitos fundamentais de sua localização espacial. Se modo, Leite (2005) defende que o ensino agrícola precisa suprir seus alunos com as ferramentas para enfrentar os desafios de uma agricultura e um meio rural em constante e rápida transformação, o que exige extrapolar o aspecto produtivo da agricultura e da perspectiva meramente agrícola do meio rural.

Entretanto, é preciso considerar que, se durante a maior parte de sua história a “escola agrícola” tinha por função a preparação profissional, hoje ela tem dupla função: a educação profissional e a acadêmica. Embora tenha havido, com a Reforma da Educação Profissional realizada pelo Decreto 2.208/97, a separação entre os níveis técnico e médio, o primeiro não habilita os egressos para o ingresso no nível superior, ou seja, os alunos dos cursos técnicos precisam cursar o nível médio previamente ou concomitantemente a estes se quiserem ingressar na universidade.

Pesquisa desenvolvida por Lassance, Grocks e Francisco (*apud* Sparta e Gomes, 2005) indica que o ingresso em cursos superiores é considerado pelos jovens brasileiros como alternativa natural a ser assumida por quem termina o ensino médio e a única opção disponível de inserção no mercado de trabalho. Pesquisa desenvolvida em 2004 por Sparta e Gomes (2005), com 659 alunos da terceira série do ensino médio de oito escolas públicas e particulares da cidade de Porto Alegre,

[...] corroboram a ideia de que o ingresso na educação superior tem sido valorizado como alternativa principal de escolha para os jovens que chegam ao fim do ensino médio. Os dados informaram que o tipo de escola e o nível de escolaridade parental estão associados às escolhas dos jovens. No entanto, o interesse por educação superior parece estar consolidado entre os jovens.

Não se localizou, para esse trabalho, pesquisas atuais relacionadas especificamente aos jovens que frequentam o curso Técnico em Agropecuária¹ ou qualquer curso profissionalizante, porém é possível considerar que essa pode ser a expectativa também dos alunos desses cursos, o que será objeto da pesquisa que deu origem a esse trabalho. Se confirmada essa hipótese, pode ser uma das razões da falta de interesse pelo curso, apontada pelos docentes.

Quanto à sua dimensão profissional, em se tratando de jovens procedentes do meio rural é preciso considerar aspectos apontados por estudos realizados por Brumer (apud Teixeira, 2011), que expressa que ao se focalizar esses jovens percebe-se claramente a presença de duas questões centrais.

A primeira diz respeito à formação de uma imagem que desvaloriza o trabalho agrícola, e consequentemente, o homem do campo, que tende a impulsionar o jovem rumo à cidade. Essa imagem pode estar sendo reforçada pela escola, à medida que ela reproduz padrões de comportamento e valores urbanos, reforçando o desenraizamento desses jovens, que, afastados do convívio cotidiano com sua comunidade, com ela rompem os vínculos de sociabilidade.

O segundo aspecto refere-se a questões familiares, aos limites impostos pelo processo de transferência dos estabelecimentos agrícolas às novas gerações, já que em sua grande maioria, os processos de sucessão e herança inviabilizariam a produção agrícola, levando à “expulsão” de boa parcela dos jovens rurais para a cidade. Para o autor, a conjugação dos dois fatores apontados reforça a ideia de que só restam no campo os mais velhos, findam por reforçar uma ideia de que o campo não seria o lugar do jovem.

Essas duas dimensões, profissional e acadêmica, exigem da escola técnica transcender a profissionalização pura e simples em agropecuária em benefício de uma educação integrada que explore, inteligente e competentemente, as inúmeras possibilidades de

¹ Duas pesquisas sobre o perfil dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária foram localizadas: a primeira foi realizada por Maria Laura P. Barbosa Franco, em 1987, com 174 egressos de cursos Técnicos em Agropecuária de três escolas agrotécnicas localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo que traçou o perfil dos alunos desses cursos e que aponta que “muitos gostariam de prosseguir os estudos para ter “mais base”, mas a grande maioria (78%) não está, nem nunca esteve cursando uma universidade” (1987, p. 22). A segunda pesquisa foi desenvolvida por Tavares (2004) com 288 alunos que frequentavam curso Técnico em Agropecuária em 2003 em quatro escolas: CEFET de São Vicente do Sul-RS, EAF de Sombrio-SC, EAF de Concórdia-SC e UNED de Dois Vizinhos-PR. O estudo apontou que 30,07 dos pesquisados pretendem prestar vestibular e ingressar no ensino superior logo após a conclusão do curso e 88,19% pretendem ingressar no ensino futuramente.

contextualização a partir da agropecuária buscando promover a formação de seres humanos capazes de usufruir plenamente das informações e oportunidades disponíveis.

A vivência cotidiana com professores e alunos do curso Técnico em Agropecuária da instituição pesquisada permite aduzir que houve uma significativa alteração no perfil dos alunos que frequentam atualmente aquele curso porque se, tradicionalmente, a ele acessavam jovens filhos de trabalhadores rurais interessados em conhecer e difundir novas práticas de produção agrícola, atualmente parece ser constituído de jovens de procedência de várias áreas geográficas e de ocupações urbanas, muitas vezes mais interessados em concluir o ensino médio que lhe permita prosseguir nos estudos do que propriamente atuar na área em que foram formados. Essa parece ser a visão empírica da realidade que deverá ser investigada pela presente pesquisa.

Além disso, é preciso considerar que também houve alterações significativas no perfil dos jovens em cada geração, que é um processo natural e cada vez mais rápido, pois se há algumas décadas os especialistas mencionam o surgimento de uma nova geração a cada 25 anos, atualmente, com o avanço das tecnologias pode-se considerar que surge uma nova geração a cada 10 anos.

Considerações Finais

Nesse estudo procurou-se apresentar uma breve revisão histórica da trajetória percorrida pelos cursos Técnicos em Agropecuária desde a sua criação até os dias atuais. Conclui-se que as diretrizes que orientaram a organização desses cursos sempre estiveram ligadas a fatores econômicos e políticos, ou seja, as funções que lhes foram atribuídas estão diretamente ligadas aos modelos produtivos presentes em cada momento na economia brasileira.

Uma característica sempre presente nesses cursos é que, embora tivessem sido criados com fins profissionalizantes, esteve marcado pela dualidade de funções: preparar para a continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho. Essa dualidade parece dificultar a sua estruturação, à medida que, para a escola e o professor, o aluno que ingressa num curso técnico está em busca de oportunidade para ingressar logo no mercado de trabalho e para muitos alunos ele parece representar – especialmente o ensino médio integrado, uma alternativa para o ingresso nos cursos superiores.

Em relação ao perfil dos alunos que frequentam esse curso, as razões da sua desmotivação e da falta de interesse e da influência desses fatores no processo ensino aprendizagem, como a pesquisa que sua origem a esse trabalho encontra-se na fase de coleta de dados não se pode fazer afirmações conclusivas.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Médio. **Plano de Desenvolvimento do ensino agrícola do 2º grau**. Brasília, 1973.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. O ensino técnico agrícola do ponto de vista de seus egressos. **Cad. Pesqui.** [online]. 1987, n.60, pp. 15-27. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/718.pdf>. Acesso em 12. jun.2012.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. 2. Ed. rev. São Paulo: Cortez, 1992-2000.

KOLLER, Claudio; SOBRAL, Francisco Montório. A construção da identidade das escolas agrotécnicas federais- a trajetória da COAGRI ao CONEAF. In: MOLL, Jaqueline (org). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

LEITE, Francisco Carlos Trindade. Caracterização dos diretores das escolas agrícolas de educação profissional de nível técnico e de suas percepções acerca da agricultura e do meio rural. In: **Revista Educação**. Universidade Federal de Santa Maria. 2005 - Vol. 30 - N° 01. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reveducacao/article/view/3782>. Acesso em 12.set.2012.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 18. ed. rev. e ampl. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SOBRAL, Francisco Montório. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. In: **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. V. 2, n. 2, nov. 2009. Brasília: MEC, SETEC, 2009.

SOBRAL, Francisco Montório. **Novos desafios para a educação do campo**. Palestra apresentada no Seminário Nacional de Educação Profissional, do PRONERA-INCRA, em 04/06/2008, em Luziânia/GO. Disponível em: Acesso em: 12. set.2012.

SPARTA, Mônica; GOMES, William B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. In: **Rev. Bras. De Orientação Profissional**. v.6 n.2 São Paulo dez. 2005.

TAVARES, Moacir Gubert. **Formação de trabalhadores para o meio rural: os impactos da reforma da educação profissional no ensino técnico agrícola**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. Disponível em:

<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/1397/Tavares%2c%20Moacir.pdf?sequence=1>. Acesso em 14 de jul.2012.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Pelos campos da juventude rural: educação e inserção profissional no semiárido baiano. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais realizado em salvador em agosto de 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307106979_ARQUIVO_GT39-TeixeiraeFreixo-2011-Final.pdf. Acesso em: 10. set.2012.